

**PROJETO DE LEI N. 10.057/2006. -**

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a oferta de curso de Técnico Agrícola nas Escolas Municipais João Gentilin, Delfim Moreira e Ruy Alvino Alegretti.

Art. 1.º O Município ofertará, na forma desta Lei, curso de Técnico Agrícola nas Escolas Municipais João Gentilin, Delfim Moreira e Ruy Alvino Alegretti, destinado a atender, gratuitamente, estudantes de baixa renda, residentes em Maringá.

Parágrafo único. Considera-se de baixa renda, para efeito desta Lei, o estudante cuja renda familiar mensal não ultrapasse 3 (três) salários mínimos.

Art. 2.º Para a implementação do curso, a Administração Municipal buscará, primeiramente, a cooperação de instituições de ensino públicas e privadas, que poderão ceder professores e material didático, obtendo, em contrapartida, o direito de divulgar sua participação na iniciativa.

Art. 3.º Poderão também compor o quadro docente do curso professores legalmente habilitados, na condição de voluntários.

Art. 4.º O número de vagas a serem ofertadas, o horário das aulas, o sistema de avaliação de desempenho, a duração do curso e o material didático a ser empregado, entre outras questões, serão definidos em regulamento.

Art. 5.º Para fazer face às despesas iniciais decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial da ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), utilizando para a sua cobertura um dos recursos definidos no artigo 43, § 1.º, da Lei n. 4.320/64.

Art. 6.º O Chefe do Poder Executivo fará consignar no Orçamento Municipal do exercício vindouro os recursos necessários à implementação do curso de que trata esta Lei, os quais serão suportados pelo incremento da arrecadação.



Art. 7.º O Chefe do Executivo Municipal fica autorizado a celebrar os convênios ou termos de cooperação que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Art. 8.º O Chefe do Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contado de sua publicação.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 14 de setembro de 2006.


BELINO BRAVIN FILHO
Vereador-Autor